

Energética Santa Helena S.A.

**Demonstrações financeiras dos exercícios
findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, e
o relatório dos auditores independentes**



RTA-154-2023

Ribeirão Preto SP, 17 de março de 2023.

À
Energética Santa Helena S.A.
Nova Andradina MSAtenção do **Conselho de Administração**

Prezados Senhores:

Encaminhamos-lhes as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021,
acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

Atenciosamente,

Moore Prisma Auditores Independentes**Thiago Sousa Portugal**
Diretor

Energética Santa Helena S.A.

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, e o relatório dos auditores independentes

Sumário

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	2
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais.....	5
Demonstrações do resultado.....	6
Demonstrações do resultado abrangente.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras.....	10
1 Contexto operacional.....	10
2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.....	12
3 Principais políticas contábeis.....	13
4 Caixa e equivalentes de caixa.....	23
5 Aplicações financeiras.....	23
6 Contas a receber.....	23
7 Estoques.....	24
8 Ativos biológicos.....	24
9 Adiantamentos.....	26
10 Impostos e contribuições a recuperar.....	27
11 Partes relacionadas.....	27
12 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos.....	28
13 Direito de uso e arrendamentos e parcerias a pagar.....	29
14 Imobilizado.....	31
15 Fornecedores.....	33
16 Empréstimos e financiamentos.....	33
17 Obrigações trabalhistas e previdenciárias.....	35
18 Obrigações tributárias.....	35
19 Provisão para contingências, passivos contingentes e depósitos judiciais.....	36
20 Patrimônio líquido.....	36
21 Receita operacional líquida.....	37
22 Custos dos produtos vendidos.....	38
23 Despesas com vendas.....	38
24 Despesas administrativas e gerais.....	38
25 Despesas com pessoal.....	39
26 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.....	39
27 Resultado financeiro líquido.....	40
28 Instrumentos financeiros e gerenciamentos de riscos.....	40
29 Aspectos ambientais.....	43
30 Cobertura de seguros.....	44

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras**Aos acionistas e administradores da
Energética Santa Helena S.A.
Nova Andradina MS**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Energética Santa Helena S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energética Santa Helena S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Energética Santa Helena S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Sem modificar nossa opinião, chamamos atenção ao seguinte importante assunto:

Transações com partes relacionadas

Conforme nota explicativa 11, a Companhia mantém com partes relacionadas transações em montantes significativos e em condições específicas. A posição financeira e o resultado das transações refletem as condições estabelecidas pela administração da Companhia e as partes relacionadas nas respectivas negociações.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram por nós examinados, cujo relatório, datado de 25 de março de 2022, continha ênfase quanto às transações com partes relacionadas em montantes significativos.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 17 de março de 2023.

Moore Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3 S MS



Thiago Sousa Portugal
Contador – CRC SP258542/O-1 S MS

Energética Santa Helena S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais

	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.743	1.468	Fornecedores	15	20.698	15.915
Aplicações financeiras	5	227.791	200.370	Arrendamentos e parcerias a pagar	13	43.156	41.570
Contas a receber	6	6.067	7.554	Empréstimos e financiamentos	16	1	1
Estoques	7	61.843	33.684	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	17	15.796	12.100
Ativos biológicos	8	112.300	140.087	Obrigações tributárias	18	10.912	11.221
Adiantamentos	9	13.336	5.649	Juros sobre capital próprio a pagar	20	-	3.404
Impostos e contribuições a recuperar	10	7.330	6.550	Outras contas a pagar		4.980	5.501
Outros créditos		214	52	Total do passivo circulante		95.543	89.712
Total do ativo circulante		430.624	395.414				
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais	19	1.692	1.675	Fornecedores	15	9.770	12.841
Partes relacionadas	11	1.706	1.706	Arrendamentos e parcerias a pagar	13	210.927	189.816
Impostos e contribuições a recuperar	10	14.904	2.506	Empréstimos e financiamentos	16	170.612	8.703
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	3.312	-	Obrigações tributárias	18	29.408	35.445
Investimentos		213	210	Partes relacionadas	11	28.626	30.610
Direito de uso	13	269.267	257.138	Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	-	3.701
Imobilizado	14	339.994	284.549	Provisão para contingências	19	53.721	51.971
Intangível		316	250	Outras contas a pagar		1.866	2.179
Total do ativo não circulante		631.404	548.034	Total do passivo não circulante		504.930	335.266
				Patrimônio líquido	20		
				Capital social		112.784	112.784
				Reserva legal		22.557	22.557
				Reserva de incentivos fiscais		275.975	241.994
				Ajuste de avaliação patrimonial		8.848	9.693
				Reserva de lucros		41.391	131.442
				Total do patrimônio líquido		461.555	518.470
Total do ativo		1.062.028	943.448	Total do passivo e patrimônio líquido		1.062.028	943.448

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energética Santa Helena S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	21	409.603	560.914
Variação do valor justo de ativo biológico	8	(30.255)	36.070
Custo dos produtos vendidos	22	(238.519)	(244.478)
Lucro bruto		140.829	352.506
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	23	(11.812)	(15.020)
Despesas administrativas e gerais	24	(52.145)	(36.914)
Despesas com pessoal	25	(17.280)	(15.378)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	11.049	36.258
		(70.188)	(31.054)
Lucro antes do resultado financeiro		70.641	321.452
Resultado financeiro, líquido	27	(18.119)	(30.131)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		52.522	291.321
Imposto de renda e contribuição social – correntes	12	(10.096)	(40.003)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	12	7.013	(25.757)
Lucro líquido do exercício		49.439	225.561
Lucro por ação no final do exercício em R\$	20	2,83	12,93

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energética Santa Helena S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	49.439	225.561
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	49.439	225.561

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energética Santa Helena S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais

	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	112.784	12.183	192.991	10.450	14.704	-	343.112
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(14.704)	-	(14.704)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(757)	-	757	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	225.561	225.561
Remuneração sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(6.499)	(6.499)
Destinação para reserva de incentivos fiscais	-	-	49.003	-	-	(49.003)	-
Constituições estatutárias:							
Reserva legal	-	10.374	-	-	-	(10.374)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(29.000)	(29.000)
Retenção de lucros	-	-	-	-	131.442	(131.442)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	112.784	22.557	241.994	9.693	131.442	-	518.470
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(106.354)	-	(106.354)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(845)	-	845	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	49.439	49.439
Destinação para reserva de incentivos fiscais	-	-	33.981	-	-	(33.981)	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	16.303	(16.303)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	112.784	22.557	275.975	8.848	41.391	-	461.555

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energética Santa Helena S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício	49.439	225.561
Ajustes por:		
Perdas com créditos esperadas	(157)	(2)
Provisão para contingências	1.750	(2.643)
Provisão para obsolescências	(156)	175
Perdas do valor recuperável do ativo fiscal diferido	-	(13.102)
Depreciação	13.380	11.905
Amortização intangível	92	92
Amortização do direito de uso	39.774	22.280
Exaustão da cana-de-açúcar	44.287	39.296
Baixa de imobilizado	(2.187)	(837)
Ajuste do valor justo de ativos biológicos	30.255	(36.070)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.013)	25.757
Realização do ajuste a valor presente e outros	34.596	22.878
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber	1.644	(7.086)
Estoques	(28.003)	15.527
Adiantamentos	2.880	2.318
Impostos e contribuições a recuperar	(13.178)	11.134
Outros créditos	(162)	142
Depósitos judiciais	(17)	13.371
Partes relacionadas, líquidas	(1.984)	46.210
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	1.712	(17.304)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	3.696	1.473
Obrigações tributárias	(6.346)	(13.007)
Outras contas a pagar	(834)	(660)
Juros sobre capital próprio	(3.404)	3.404
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	<u>160.064</u>	<u>350.812</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	(27.421)	(131.956)
Ativos biológicos	(2.468)	(32.371)
Investimentos	(3)	(83)
Imobilizado	(115.299)	(73.584)
Intangível	(158)	(25)
Recursos líquidos provenientes das atividades de investimentos	<u>(145.349)</u>	<u>(238.019)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos	165.107	-
Amortização de empréstimos	(3.198)	(18.997)
Arrendamentos e parcerias agrícolas pagos	(69.995)	(43.330)
Dividendos distribuídos	(106.354)	(43.704)
Juros sobre capital próprio	-	(6.499)
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamentos	<u>(14.440)</u>	<u>(112.530)</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>275</u>	<u>263</u>
Varição do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.743	1.468
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.468	1.205
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>275</u>	<u>263</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energética Santa Helena S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais

1 Contexto operacional

A Energética Santa Helena S/A (“Companhia”) é uma empresa familiar tradicional no setor de Açúcar & Alcool, presente há mais de 30 anos no estado do Mato Grosso do Sul.

A Companhia compra, cultiva, colhe e processa cana-de-açúcar, da qual produz etanol anidro e hidratado, possui cerca de 40 mil ha de terras arrendadas com cultivo de cana-de-açúcar e uma eficiente estrutura agrícola e de logística, com colheita 100% mecanizada. De aproximadamente 2,1 milhões de toneladas de cana-de-açúcar moídas, 95% são próprias – um percentual alto para os padrões da indústria.

Safra 2022/2023

A Companhia registrou dois impactos negativos nos resultados financeiros; (i) climático, resultado de duas geadas em 2021 e a forte seca durante o verão, período de crescimento da planta, (ii) e outro devido a mudança na tributação dos combustíveis em maio de 2022 que impactou diretamente nas margens das Usinas.

Obteve seu “*début*” no mercado de capitais com a distribuição do CRA no valor de R\$165 milhões, dos quais R\$100 milhões foram recursos dos próprios acionistas, reforçando ainda mais a confiança que depositam na Companhia. Esses recursos serão destinados para investimentos alinhados com a gestão ESG adotada nesse ano, com foco na otimização dos recursos ambientais e aumento da produtividade energética.

O ano foi marcado também pelo início da gestão ESG, com definição da matriz de riscos e materialidade e as metas de longo prazo a serem cumpridas pela Companhia.

Safra 2023/2024

A Companhia irá aumentar os investimentos na renovação e expansão do canavial e está otimista com uma projeção **recorde** de moagem de 2,0 milhões de toneladas e com o retorno da tributação dos combustíveis conforme o primeiro semestre de 2022. Esses aspectos devem colaborar para um excelente resultado operacional e econômico da Companhia.

Sobretudo, a Companhia continua investindo na renovação de máquinas e equipamentos agrícolas, cogeração de energia, aumento da área fértil-irrigada e melhorias no ganho de produtividade e eficiência energética.

RenovaBio – Cbios

Foi registrado um aumento da nota de eficiência energético-ambiental chegando a 57,42 no etanol hidratado e 57,78 no etanol anidro com 97,55% das áreas elegíveis.

Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa possuía 78.999 Cbios emitidos e ainda não comercializados. Durante a safra foram comercializados 65.994 mil Cbios, classificados em outras receitas operacionais. A comercialização destes títulos, após a sua escrituração, ocorre principalmente com as distribuidoras de combustíveis, que possuem metas de aquisição estabelecidas pelo RenovaBio.

Sobre o RenovaBio:

Instituída pela Lei nº 13.576/2017, o RenovaBio é a Política Nacional de Biocombustíveis. O principal instrumento do RenovaBio é o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país.

As distribuidoras de combustíveis deverão comprovar o cumprimento de metas individuais compulsórias por meio da compra de Créditos de Descarbonização (CBIO), ativo financeiro negociável em bolsa, derivado da certificação do processo produtivo de biocombustíveis com base nos respectivos níveis de eficiência alcançados em relação a suas emissões.

Efeitos da Covid-19 nas demonstrações financeiras

A companhia tem acompanhado todos os desdobramentos relacionados à Covid-19, monitora os possíveis impactos em seus negócios e permanece seguindo rigorosamente todas as orientações recomendadas pelos órgãos de saúde e pelas autoridades públicas competentes visando estabelecer ações de prevenção, mitigação de riscos e assim preservar a saúde de seus colaboradores.

Até a data da emissão dessas demonstrações financeiras, a administração avaliou que não havia incertezas relevantes a serem divulgadas, que pudessem colocar em dúvida a sua capacidade de operação futura, bem como impactar nas principais estimativas e julgamentos contábeis.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a **Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e legislação societária.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Companhia, cuja autorização para sua conclusão ocorreu em 17 de março de 2023.

b **Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa, como nos casos do valor justo do ativo biológico mensurados pelo valor justo deduzidos das despesas com vendas e instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado.

c **Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações são apresentadas em milhares de reais. O real é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

d **Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. A Administração revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Administração da Companhia e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas:

- Nota 6 – Perdas com créditos esperadas – PCE (contas a receber);
- Nota 8 – Ativos biológicos;
- Nota 12 – Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Nota 13 – Mensuração do passivo de arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar;
- Nota 14 – Vida útil do ativo imobilizado, e;
- Nota 19 – Provisão para contingências.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a **Moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos ou perdas cambiais oriundas da conversão de moeda estrangeira são reconhecidos no resultado.

b **Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

b.1 **Ativos financeiros**

A Companhia classifica seus ativos financeiros de acordo com modelo de negócio adotado para gestão dos seus ativos financeiros, conforme CPC 48/ IFRS 9, mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado da seguinte forma:

(i) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes

são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

(ii) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros que a Companhia possui são classificados em duas categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida): Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, exceto aplicações financeiras, contas a receber, adiantamentos e partes relacionadas.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Nesta categoria a Companhia classifica as aplicações financeiras.

(iii) Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu seu controle.

b.2 Passivos financeiros

(i) Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, arrendamentos e parcerias a pagar, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas.

(ii) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros que a Companhia possui são classificados na categoria:

- Passivos financeiros ao custo amortizado: após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

(iii) Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

c Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando em consideração as cotações de mercado ou as informações de mercado que possibilitem tal cálculo.

d Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

e Contas a receber

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor nominal dos títulos, ajustados a valor presente, quando aplicável. As Perdas com Créditos Esperadas – PCE são constituídas com base na análise do contas a receber e em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir prováveis perdas na sua realização.

f Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. A cana de açúcar consumida no processo produtivo é avaliada pelo seu valor justo menos as despesas de venda apuradas na data do corte.

g Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzido nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora) que serão utilizadas como matéria-prima na produção de etanol. A Companhia também teve em 2022 biológico eucalipto o qual foi mensurado a custo.

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda.

Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar é transferida para

o custo de produção pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.

A metodologia adotada pela Companhia, para satisfazer à exigência de cálculo nos ativos biológicos correspondentes a cana-de-açúcar em pé, foi baseado no método de fluxo de caixa futuro descontado.

O fluxo de caixa futuro descontado é efetuado considerando premissas como preço da tonelada de cana-de-açúcar, produtividade, custos de corte, carregamento e transporte, custo dos tratos culturais, custos de parceria, custo de capital, impostos, entre outros. A taxa de desconto utilizada para descontar o fluxo de caixa ao valor presente é calculada com base Custo Médio Ponderado de Capital, que foi de 3,96 % a.a.

h Imobilizado

h.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, e ajustado por reavaliação de bens das contas de edificações, instalações e máquinas e equipamentos, com base no laudo de peritos independentes.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

h.2 Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A Companhia realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de janeiro. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados e reconhecidos no resultado como despesa, devido ao curtíssimo período de parada para manutenção.

h.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas são as seguintes:

- Edificações: 60 anos;
- Instalações: 20 anos;
- Máquinas, aparelhos e equipamentos: 20 anos;
- Veículos: 10 anos; e
- Tratores e implementos agrícolas: 10 anos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

i Intangível

Os ativos intangíveis são compostos pelo custo incorrido na aquisição de softwares, os quais são amortizados levando em conta a vida útil estimada de cinco anos.

É avaliado ao custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

j Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de *impairment*)

A administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Com base em laudo de empresa especializada contratada, não foi constatado evidências para o reconhecimento de perdas em função da não recuperação dos referidos ativos. Os valores recuperáveis da Unidade Geradora de Caixa (UGC) foram determinados pelo valor justo líquido de despesa de venda.

k Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos de transação) e, subsequencialmente, demonstrados pelo custo amortizado.

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo ou financiamento de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

Os empréstimos e financiamentos com vencimento até o encerramento do próximo exercício social estão classificados no passivo circulante, e os com prazos superiores no passivo não circulante.

l Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da nota fiscal/ fatura correspondente.

m Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado pela taxa dos respectivos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de parcerias que não foram pagas na data de transição, descontados usando uma taxa de empréstimo incremental, baseada no endividamento da Companhia, que corresponde aproximadamente a 6,00% a.a.

A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia adiciona, ao prazo do arrendamento, os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos onde a Companhia está razoavelmente certa que a opção de renovação será exercida, como é o caso dos contratos agrícolas, onde a Companhia detém a prerrogativa de renovação por um número preestabelecido de safras nos termos do contrato.

n Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e quando o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões para riscos e contingências são constituídas por valores atualizados, com base nas estimativas de perdas estabelecidas pelos assessores jurídicos da Companhia.

Quando a provisão é mensurada usando o fluxo de caixa estimado para liquidar a obrigação, o seu valor é determinado através do valor presente desse fluxo de caixa.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro real tributável às alíquotas estabelecidas respectivamente, nos termos da legislação fiscal vigente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias apresentadas: perdas com créditos esperadas, ajuste a valor justo do ativo biológico, ajuste de avaliação patrimonial de bens do ativo imobilizado, contingências, arrendamentos e parcerias agrícolas; e base de cálculo negativa e prejuízo fiscal, estando apresentados no não circulante conforme sua natureza e expectativa de realização ou pagamento. O valor contábil do ativo do imposto de renda e da contribuição social diferidos é avaliado anualmente e uma provisão para desvalorização é estabelecida quando o valor contábil não pode ser recuperado com o lucro tributável, presente ou futuro, ou por outras formas de realização legal.

p Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

q Subvenção governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do CPC 07 (R1) – Subvenção e assistência governamentais. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental é efetuada em conta específica de passivo e, posteriormente ao reconhecimento no resultado, a Companhia reclassifica entre as contas do patrimônio líquido de lucros acumulados para reserva de incentivos fiscais.

r Reconhecimento de receitas

r.1 Venda de produtos – etanol

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, quando for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, quando os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, quando não há envolvimento contínuo com os bens vendidos e quando o valor da receita operacional pode ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e caso o valor possa ser mensurado, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

r.2 Demais produtos

A receita de venda é reconhecida quando os produtos são entregues e a propriedade é transferida. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, líquida de descontos, abatimentos, devoluções e impostos incidentes. Geralmente as receitas são reconhecidas no resultado pelo montante equivalente ao valor das notas fiscais emitidas.

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. As demais receitas são sempre reconhecidas pelo regime de competência.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

s Partes relacionadas

Representam operações comerciais e financeiras com companhia ligada e estão registradas pelos seus valores originais, acrescidos de atualização monetária quando contratado.

t Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando-se em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios.

Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa.

As taxas de juros implícitas, quando aplicadas, são determinadas com base em premissas razoavelmente fundamentadas e são consideradas estimativas contábeis.

u Ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

v Segregação entre circulante e não circulante

As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores até o encerramento do próximo exercício social estão registradas no circulante e as com prazos superiores no não circulante.

w Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

x Aspectos ambientais

As instalações de produção da Companhia e sua atividade estão sujeitas as regulamentações ambientais. A Companhia diminui o risco associado com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamentos de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseado nas atuais leis, nos regulamentos em vigor e no parecer de seus consultores jurídicos.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e bancos	60	114
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.683	1.354
	<u>1.743</u>	<u>1.468</u>

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes das contas de caixa e aplicações com vencimentos inferiores a 90 dias resgatáveis sem qualquer carência.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Estes investimentos financeiros referem-se a aplicação de resgate automático com rendimentos de 5% a 125% do CDI.

5 Aplicações financeiras

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fundos de investimentos	159.668	105.791
Renda fixa	58.448	69.362
Renda variável	3.193	20.068
Outros	6.482	5.149
	<u>227.791</u>	<u>200.370</u>

As aplicações financeiras são remuneradas pelas taxas médias praticadas no mercado financeiro, que variam entre 80% e 150% do CDI.

6 Contas a receber

a) Composição do saldo

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Clientes – mercado interno	7.018	8.661
(-) Perdas com créditos esperadas – PCE (i)	(951)	(1.107)
	<u>6.067</u>	<u>7.554</u>

- (i) As perdas com créditos esperadas foram calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que contempla a situação individual dos clientes. A provisão elaborada pela Administração da Companhia é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas de contas a receber.

A Administração avaliou o ajuste a valor presente das suas operações com clientes na data de 31 de dezembro de 2022 e concluíram que os valores não geram ajustes materiais nas demonstrações financeiras.

b) Idade do saldo (*aging list*)

	<u>2022</u>
Vincendos	
Até 30 dias	4.589
De 31 a 180 dias	445
De 181 até 360 dias	72
	<u>5.106</u>
Vencidos	
Até 30 dias	871
De 31 a 180 dias	90
Acima de 360 dias	951
	<u>1.912</u>
	<u>7.018</u>

7 Estoques

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Produtos acabados	46.708	17.862
Almoxarifado	15.325	16.189
Produtos em poder de terceiros	33	12
(-) Perdas pela não realização de estoques obsoletos	(223)	(379)
	<u>61.843</u>	<u>33.684</u>

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de realização.

8 Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita. Esses ativos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas. O valor justo do produto agrícola colhido é determinado pelas quantidades colhidas, valorizadas pelo valor do CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana de açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo) acumulado do respectivo mês. O valor justo da cana-de-açúcar colhida passará a ser o custo da matéria-prima utilizada no processo produtivo de açúcar e etanol.

O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente:

- Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável), e do (ii) preço de mercado futuro da cana-de açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol; e

- Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a colheita/Corte, Carregamento e Transporte - CCT; (iii) custo de capital (terras e máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola; e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

As principais premissas foram utilizadas na determinação do referido valor justo:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Área estimada de colheita (hectares)	26.413	27.292
Produtividade prevista (ton./ha)	73,57	74,61
Quantidade de ATR por tonelada de cana-de-açúcar (Kg)	134	134
Preço médio projetado de ATR (R\$)	1,17	1,18
Taxa de desconto	3,96%	3,96%

Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina os fluxos de caixa descontados a serem gerados e traz os correspondentes valores a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a subconta “Variação no valor justo dos ativos biológicos”, na rubrica “Custo dos produtos vendidos” no resultado do período.

A movimentação do valor justo dos ativos biológicos durante o período é a seguinte:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Custo histórico	62.996	30.625
Valor justo	77.091	41.021
	<u>140.087</u>	<u>71.646</u>
Movimentação		
Aumento decorrente de tratos cana	64.336	62.204
Aumento decorrente de tratos eucalipto	336	188
Mudança no valor justo	(30.255)	36.070
Redução decorrente de colheita	(62.204)	(30.021)
Saldo final de ativos biológicos	<u>112.300</u>	<u>140.087</u>
Composto por:		
Custo histórico cana	64.336	62.204
Custo histórico eucalipto	1.128	792
Valor justo	46.836	77.091
Saldo final de ativos biológicos	<u>112.300</u>	<u>140.087</u>

A redução do valor justo em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 30.255 mil, foi ocasionada substancialmente por:

- (i) redução da área plantada a ser colhida; e
- (ii) aumento do custo de corte, carregamento e transporte – CCT.

A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

Riscos regulatórios e ambientais

A Companhia está sujeita às leis e regulamentos pertinentes as atividades em que opera. Dessa forma, a Companhia estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais. A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos.

Riscos de oferta e demanda

A Companhia está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, a Companhia faz a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A Administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada.

Riscos climáticos e outras

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças e outras forças naturais. A Companhia tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar.

9 Adiantamentos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Adiantamento a fornecedores diversos	12.078	3.902
Adiantamento de salários	1.024	829
Adiantamento de férias	230	322
Adiantamento de despesas de viagens	4	596
	<u>13.336</u>	<u>5.649</u>

10 Impostos e contribuições a recuperar

	2022	2021
PIS / COFINS (i)	17.204	4.733
ICMS	2.207	1.715
IRPJ – saldo negativo	2.634	2.506
Outros	189	102
	22.234	9.056
Circulante	7.330	6.550
Não circulante	14.904	2.506
	22.234	9.056

- (i) O aumento do crédito refere-se substancialmente a redução a 0 (zero) das alíquotas do PIS e COFINS sobre as vendas de Etanol conforme Lei Complementar n° 194 de 23 de junho de 2022, no período de 23/06/2022 até 31/12/2022. É esperado que a realização dos créditos de longo prazo ocorra em 2024 e 2025.

11 Partes relacionadas

	Ativo		Passivo		Resultado
	2022	2021	2022	2021	2022
Bartolomeu Miranda Coutinho (i)	750	750	-	-	-
Alexandre de Albuquerque Melo Coutinho (i)	926	926	-	-	-
Nova Mucuri Participações S/A (ii)	-	-	(28.626)	(30.610)	(1.607)
Santa Fe Açúcar e Alcool Ltda. (ii)	30	30	-	-	-
	1.706	1.706	(28.626)	(30.610)	(1.607)

- (i) Empréstimos financeiros, não há incidência de juros remuneratórios.
(ii) Contrato de conta corrente, não há incidência de juros remuneratórios.

Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 31 de dezembro de 2022, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla Direção da Companhia, totalizou R\$ 4.654 (R\$ 4.210 em 2021) registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

12 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

a) O imposto de renda e contribuição social diferidos foram atribuídos da seguinte maneira:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ativo não circulante		
Diferenças temporárias e base negativa e prejuízo fiscal:		
Perdas com créditos esperadas – PCE	323	377
Provisão para contingências	18.265	17.670
Base negativa e prejuízo fiscal	5.250	9.587
	<u>23.838</u>	<u>27.634</u>
Passivo não circulante		
Diferenças temporárias:		
Ajuste de avaliação patrimonial – imobilizado	(4.603)	(5.125)
Valor justo do ativo biológico	(15.923)	(26.210)
	<u>(20.526)</u>	<u>(31.335)</u>
Saldo líquido	<u>3.312</u>	<u>(3.701)</u>

No ano de 2022, a Companhia apurou lucro de R\$ 52.522 antes do imposto de renda e contribuição social, consumindo parte de prejuízos fiscais e bases negativas, e por consequência reduzindo o imposto de renda e contribuição social diferidos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis, base negativa e prejuízos fiscais.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, por cada entidade legal, por haver o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, e por ser relacionado a mesma autoridade fiscal.

b) Os efeitos do imposto de renda e a contribuição social diferidos no resultado do exercício, foram:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Perdas com créditos esperadas – PCE	(54)	-
Provisão para contingências	595	(899)
Valor justo do ativo biológico	10.287	(7.373)
Arrendamentos e parcerias agrícolas	-	(721)
Ajuste de avaliação patrimonial imobilizado	522	390
Base negativa e prejuízo fiscal	(4.337)	(17.154)
	<u>7.013</u>	<u>(25.757)</u>

c) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	2022	2021
Lucro antes dos impostos	52.522	291.321
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(17.857)	(99.049)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões/ adições permanentes, líquidas	(9.768)	1.541
Incentivo fiscal, crédito presumido ICMS	11.554	16.661
Exclusões das receitas CBIO's	2.103	2.901
Redução da base do IRPJ sobre 10%	24	24
Juros sobre o capital próprio	-	2.210
Outras	(489)	18.555
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(14.433)	(57.157)
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	27,48%	19,62%
Imposto de renda e contribuição social diferidos, compensados	4.337	17.154
Imposto de renda e contribuição social correntes	(10.096)	(40.003)

13 Direito de uso e arrendamentos e parcerias a pagar

A movimentação do direito de uso do ativo e dos arrendamentos a pagar estão demonstrados a seguir:

a) **Direito de uso**

	Arrendamentos agrícola	Parcerias agrícola	Total ativo de direito de uso
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021	55.573	106.617	162.190
Amortização	(7.355)	(14.925)	(22.280)
Remensurações (i)	44.572	72.656	117.228
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	92.790	164.348	257.138
Custo total	113.883	208.149	322.032
Amortização acumulada	(21.093)	(43.801)	(64.894)
Valor residual	92.790	164.348	257.138
Adições	6.074	6.183	12.257
Amortização	(13.104)	(26.670)	(39.774)
Remensurações (i)	8.037	31.609	39.646
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	93.797	175.470	269.267
Custo total	127.994	245.941	373.935
Amortização acumulada	(34.197)	(70.471)	(104.668)
Valor residual	93.797	175.470	269.267
Vida útil (anos)	1 a 31	1 a 16	

b) **Arrendamentos e parcerias a pagar**

	Compromissos de arrendamentos operacionais	Ajuste a valor presente dos arrendamentos operacionais	Passivo de arrendamento operacional
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021	205.034	(68.750)	136.284
Baixas de adiantamentos	155	-	155
Pagamentos	(43.330)	-	(43.330)
Apropriação de encargos financeiros	-	9.731	9.731
Remensurações (i)	177.945	(49.399)	128.546
Saldo em 31 de dezembro de 2021	339.804	(108.418)	231.386
Adições	16.815	(4.558)	12.257
Baixas de adiantamentos	10.567	-	10.567
Pagamentos	(69.995)	-	(69.995)
Apropriação de encargos financeiros	-	14.806	14.806
Remensurações (i)	68.604	(13.542)	55.062
Saldo em 31 de dezembro de 2022	365.795	(111.712)	254.083
Circulante			41.570
Não circulante			189.816
Saldo em 31 de dezembro de 2021			231.386
Circulante			43.156
Não circulante			210.927
Saldo em 31 de dezembro de 2022			254.083

(i) Atualização do índice de correção, substancialmente composto pela variação do preço da CONSECANA aplicado nos contratos de arrendamentos e parceria agrícola.

Os saldos estimados de arrendamento a pagar e parceria agrícola a pagar no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

Vencimento	Valor
De 1º/1/2024 a 31/12/2024	42.493
De 1º/1/2025 a 31/12/2025	36.751
De 1º/1/2026 a 31/12/2026	21.846
De 1º/1/2027 a 31/12/2027	14.920
De 1º/1/2028 a 31/12/2028	15.897
De 1º/1/2029 a 31/12/2029	13.541
A partir de 1º/1/2030	80.663
	226.111
Adiantamentos	(15.184)
	210.927

14 Imobilizado

a) Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo + AAP*	Depreciação acumulada	2022	2021
				Líquido	Líquido
Terras	-	1.777	-	1.777	1.777
Edificações	De 1,67% a 6,25%	35.908	(8.951)	26.957	26.075
Instalações	De 1,67% a 20,00%	29.193	(10.298)	18.895	18.237
Máquinas e equipamentos	De 2,86% a 33,33%	118.453	(74.249)	44.204	47.441
Veículos	De 4,00% a 20,00%	44.067	(28.176)	15.891	10.941
Tratores e implementos agrícolas	De 6,67% a 12,50%	45.216	(25.132)	20.084	21.628
Móveis e utensílios	10,00%	1.880	(1.140)	740	397
Computadores e periféricos	20,00%	3.521	(2.444)	1.077	1.203
Equipamentos de comunicação	20,00%	873	(742)	131	216
Aeronaves	10,00%	25	(5)	20	23
Imobilizações em andamento	-	29.926	-	29.926	3.953
Consórcios a contemplar	-	-	-	-	925
		310.839	(151.137)	159.702	132.816
Planta portadora					
Lavoura de cana		180.292	-	180.292	151.733
		491.131	(151.137)	339.994	284.549

*Ajuste de Avaliação Patrimonial

O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, onde a depreciação é calculada pelo método linear.

Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados e gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados.

Lavoura de cana-de-açúcar correspondem às plantas portadoras (*bearer plants*) que são exclusivamente utilizadas para produzir a cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar é classificada como cultura permanente, cujo ciclo produtivo economicamente viável tem, em média, cinco cortes.

Até o presente momento não foi identificado nenhum impacto relacionado a pandemia da Covid-19 que pudesse indicar a necessidade de constituir provisão de *impairment* do ativo imobilizado.

b) **Movimentação do custo e ajustes de avaliação patrimonial – AAP**

Descrição	2022				Saldo Final
	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Transferências	
Terras	1.777	-	-	-	1.777
Edificações	34.519	-	-	1.389	35.908
Instalações	27.318	1	-	1.874	29.193
Máquinas e equipamentos	116.609	525	(93)	1.412	118.453
Veículos	37.316	8.078	(1.327)	-	44.067
Tratores e implementos agrícolas	45.719	1.917	(2.610)	190	45.216
Móveis e utensílios	1.662	364	(213)	67	1.880
Computadores e periféricos	3.575	203	(436)	179	3.521
Equipamentos de comunicação	1.010	31	(23)	(145)	873
Aeronaves	25	-	-	-	25
Imobilizações em andamento	3.953	31.167	(228)	(4.966)	29.926
Consórcios a contemplar	925	167	(1.092)	-	-
	274.408	42.453	(6.022)	-	310.839

Descrição	2021				Saldo Final
	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Transferências	
Terras	1.777	-	-	-	1.777
Edificações	33.490	-	-	1.029	34.519
Instalações	26.195	-	-	1.123	27.318
Máquinas e equipamentos	115.415	777	(129)	546	116.609
Veículos	37.755	2.114	(2.603)	50	37.316
Tratores e implementos agrícolas	46.409	3.080	(3.770)	-	45.719
Móveis e utensílios	1.422	213	(6)	33	1.662
Computadores e periféricos	3.025	666	(116)	-	3.575
Equipamentos de comunicação	1.092	52	(135)	1	1.010
Aeronaves	-	25	-	-	25
Imobilizações em andamento	1.367	5.368	-	(2.782)	3.953
Consórcios a contemplar	51	874	-	-	925
	267.998	13.169	(6.759)	-	274.408

c) **Movimentação da depreciação acumulada**

Descrição	2022				Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	
Edificações	(8.444)	(507)	-	-	(8.951)
Instalações	(9.081)	(1.215)	-	(2)	(10.298)
Máquinas e equipamentos	(69.168)	(5.170)	87	2	(74.249)
Veículos	(26.375)	(2.303)	502	-	(28.176)
Tratores e implementos agrícolas	(24.091)	(3.630)	2.589	-	(25.132)
Móveis e utensílios	(1.265)	(83)	208	-	(1.140)
Computadores e periféricos	(2.372)	(419)	429	(82)	(2.444)
Equipamentos de comunicação	(794)	(50)	20	82	(742)
Aeronaves	(2)	(3)	-	-	(5)
	(141.592)	(13.380)	3.835	-	(151.137)

Descrição				2021
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Edificações	(8.075)	(369)	-	(8.444)
Instalações	(8.181)	(900)	-	(9.081)
Máquinas e equipamentos	(64.699)	(4.547)	78	(69.168)
Veículos	(25.986)	(2.374)	1.985	(26.375)
Tratores e implementos agrícolas	(24.445)	(3.254)	3.608	(24.091)
Móveis e utensílios	(1.209)	(60)	4	(1.265)
Computadores e Periféricos	(2.164)	(321)	113	(2.372)
Equipamentos de comunicação	(850)	(78)	134	(794)
Aeronaves	-	(2)	-	(2)
	(135.609)	(11.905)	5.922	(141.592)

d) **Planta portadora**

	Valor
Saldo em 1º de janeiro de 2021	130.614
Amortização do canavial	(39.296)
Adições	60.415
Saldo em 31 de dezembro de 2021	151.733
Amortização do canavial	(44.287)
Adições	72.846
Saldo em 31 de dezembro de 2022	180.292

15 Fornecedores

	2022	2021
Fornecedores nacionais – cana	1.490	6
Fornecedores nacionais – diversos	28.978	28.750
	30.468	28.756
Circulante	20.698	15.915
Não circulante	9.770	12.841
	30.468	28.756

16 Empréstimos e financiamentos

	Indexador	2022	2021
Banco Rural S.A. (i)	TR + 6,00%	1.599	1.528
Banco Safra S.A. (i)	TR + 6,00%	1	3.526
Banco J. Safra S.A.(i)	TR + 6,00%	3.906	3.650
CRA Sênior (ii)	CDI + 4,00%	65.054	-
CRA Subordinado (ii)	CDI + 10,00%	100.053	-
		170.613	8.704
Circulante		1	1
Não circulante		170.612	8.703
		170.613	8.704

- (i) A taxa para fins de cálculo de juros dos empréstimos e financiamentos está sendo considerada em conformidade com o plano de recuperação judicial.

Os financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária, penhora rural, cessão fiduciária de direitos de crédito e hipoteca.

- (ii) CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio – Títulos de renda fixa, emitidos pela Securitizadora em nome da Energética Santa Helena S/A.

Abaixo seguem informações das emissões:

CRA Sêniores:

No dia 22 de novembro de 2022 a Companhia constituiu sua emissão de CPR-Financeira 1 (Cédula de produto rural financeira) com selo verde, no valor total de R\$ 65.000, para distribuição pública com esforços restritos, da Energética Santa Helena S/A., celebrado entre a Emissora e a VERT Companhia Securitizadora.

A CPR-F 1 foi emitida ao custo de juros pós-fixados e equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, acrescidos de uma sobretaxa ou spread de 4,00% (quatro por cento) ao ano, com vencimento do principal em 37 parcelas a partir de 16 de dezembro de 2024 e remuneração mensal a partir de 16 de janeiro de 2023.

O empréstimo CRA Sêniores está garantido por cessão fiduciária de recebíveis e avalistas.

CRA Subordinados:

No dia 22 de novembro de 2022 a Companhia constituiu sua emissão de CPR-Financeira 2 (Cédula de produto rural financeira) com selo verde, no valor total de R\$ 100.000, para distribuição pública com esforços restritos, da Energética Santa Helena S/A., celebrado entre a Emissora e a VERT Companhia Securitizadora.

A CPR-F 2 foi emitida ao custo de juros pós-fixados e equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, acrescidos de uma sobretaxa ou spread de 10,00% (dez por cento) ao ano, com vencimento do principal em 60 parcelas a partir de 14 de janeiro de 2028 e remuneração mensal a partir de 16 de janeiro de 2023.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo apresentam a seguinte composição:

Anos de vencimento	
2023	1
2024	1.756
2025	21.078
2026	21.078
2027	21.143
2028	20.050
2029 em diante	85.507
	170.613

17 Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Honorários de diretoria	122	108
Salários a pagar	2.885	1.530
Autônomos	2	2
INSS empregados	320	241
INSS empresa	176	136
INSS sobre produção	782	1.146
INSS retido autônomos	1	1
INSS retidos sobre serviços pessoa jurídica	43	62
Funrural	123	6
FGTS	780	346
Férias	4.885	3.580
INSS sobre férias	182	143
FGTS sobre férias	390	285
Programa de participação no resultado	5.070	4.514
Plano de saúde	35	-
	<u>15.796</u>	<u>12.100</u>

18 Obrigações tributárias

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Impostos correntes		
IRRF	800	1.204
IRPJ estimativa mensal	6	497
CSLL estimativa mensal	140	237
FADEFE – Fundo Apoio Desenvolvimento Econômico e Equilíbrio Fiscal	45	49
Outros impostos correntes	553	164
	<u>1.544</u>	<u>2.151</u>
Parcelamentos		
Demais débitos RFB – Lei 11.941/2009	438	703
Débitos previdenciários PGFN – Lei 11.941/2009	436	638
Demais débitos PGFN – Lei 11.941/2009	335	491
Débitos previdenciários RFB – Lei 12.996/2014	8.946	9.553
Demais débitos RFB – Lei 12.996/2014	1.701	1.816
PERT – Lei 13.496/2017	10.348	11.455
Débitos previdenciários – Lei 12.865/2013	881	1.067
Débitos previdenciários – RJ	-	983
Demais débitos – RJ	-	507
Débitos Previdenciários PGFN – Cód. 1734	15.691	17.302
	<u>38.776</u>	<u>44.515</u>
	<u>40.320</u>	<u>46.666</u>
Circulante	10.912	11.221
Não circulante	29.408	35.445
	<u>40.320</u>	<u>46.666</u>

19 Provisão para contingências, passivos contingentes e depósitos judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais envolvendo contingências trabalhistas e cíveis, na quais estão cobertas parcialmente por depósitos judiciais no montante de R\$ 1.692 (R\$ 1.675 em 2021). Para fazer face às perdas futuras vinculadas a esses processos e outros riscos decorrentes de interpretações controversas da legislação tributária, foi constituída provisão em valor considerado pela administração da Companhia como suficiente para cobrir as perdas avaliadas como prováveis. A avaliação da probabilidade de perdas nessas ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias, a opinião dos consultores jurídicos da Companhia e o conservadorismo.

As principais informações das contingências estão assim apresentadas:

	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis e ambientais	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	-	13.992	40.622	54.614
Adições	7	-	5	12
Atualização	-	51	8.513	8.564
Baixas	-	(8.271)	(2.948)	(11.219)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7	5.772	46.192	51.971
Adições	-	-	3.444	3.444
Atualização	-	26	5.067	5.093
Baixas	-	(5.539)	(1.248)	(6.787)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	7	259	53.455	53.721

Contingências passivas não provisionadas

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras são processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, mas não provável, sendo 48 ações trabalhistas no montante de R\$ 10.388 e 10 ações cíveis e ambientais no montante de R\$ 3.293 (Em 2021, 48 ações trabalhistas no montante de R\$ 10.388 e 11 ações cíveis no montante de R\$ 1.947), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

20 Patrimônio líquido

a Capital social

O capital social é de R\$ 112.784, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 17.449.289 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, distribuídas entre seus acionistas.

b Reserva legal

É constituída ao final de cada exercício social à razão de 5% do lucro líquido nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O montante do saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 22.557 (R\$ 22.557 em 2021).

c Reserva de incentivos fiscais

Incentivo fiscal estadual: Programa criado pelo estado do Mato Grosso do Sul através do Art. 3 da Lei nº 4.049 de 30 de junho de 2011, que através do Termo de acordo 687 de 25 de novembro de 2011 concedeu a Companhia o benefício fiscal de crédito presumido de ICMS incidente sobre as operações de saídas interestaduais realizadas com álcool etílico anidro combustível, álcool etílico hidratado combustível, e álcool não qualificado como combustível, este último quando destinado a estabelecimento industrial. O montante do saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 275.975 (R\$ 241.994 em 2021).

d Ajuste de avaliação patrimonial

São contabilizadas as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo imobilizado, líquidas de efeitos tributários, em decorrência de sua avaliação realizada no exercício de 2010. O montante do saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 8.848 (R\$ 9.693 em 2021).

e Lucro líquido por ação do capital social – R\$

Apurado com base no número médio ponderado de ações em circulação no exercício e com base no número de ações ao final do exercício social:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	49.439	225.561
Ações do capital social	17.449	17.449
Lucro líquido por ação do capital social	<u>2,83</u>	<u>12,93</u>

f Dividendos

Em 7 de outubro de 2021, os acionistas da Companhia, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, deliberaram aprovar a distribuição antecipada de lucros apurados no próprio exercício, que totalizou R\$ 29.000.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 29 de abril de 2022, foi deliberada pelos acionistas a distribuição de dividendos relativo aos lucros apurados no exercício 2021 na sua totalidade, conforme disponibilidade financeira da Companhia. Foi distribuído no próprio exercício o montante de R\$ 106.354.

21 Receita operacional líquida

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita operacional bruta	<u>424.425</u>	<u>605.229</u>
Deduções da receita bruta		
Impostos incidentes sobre vendas	(14.822)	(43.689)
Deduções de vendas	-	(626)
	<u>(14.822)</u>	<u>(44.315)</u>
Receita operacional líquida	<u>409.603</u>	<u>560.914</u>

A seguir apresentamos a composição analítica da receita e das mercadorias vendidas:

Tipo de receita	2022	2021
Álcool anidro	215.522	199.886
Álcool hidratado	204.716	402.587
Cana de açúcar	419	-
Outras vendas	3.768	2.756
	424.425	605.229

22 Custos dos produtos vendidos

	2022	2021
Custo dos produtos vendidos		
(-) Álcool anidro	(118.828)	(74.228)
(-) Álcool hidratado	(118.860)	(169.959)
(-) Cana de açúcar	(230)	-
(-) Evaporação	(601)	(291)
	(238.519)	(244.478)

23 Despesas com vendas

	2022	2021
Fretes etanol anidro	(3.057)	(3.243)
Fretes etanol hidratado	(7.215)	(9.698)
Corretagem e intermediação	(1.160)	(1.528)
Demais despesas – vendas	(380)	(551)
	(11.812)	(15.020)

24 Despesas administrativas e gerais

	2022	2021
Despesas de ociosidade (industrial e agrícola)	(28.041)	(23.935)
Serviços de terceiros	(15.502)	(6.778)
Material de uso e consumo	(4.614)	(1.946)
Depreciação e amortização	(509)	(389)
Despesas tributárias	(791)	(1.091)
Demais despesas	(2.688)	(2.775)
	(52.145)	(36.914)

25 Despesas com pessoal

	2022	2021
Salários e ordenados	(7.660)	(7.074)
Programa de participação nos resultados	(2.968)	(2.491)
Honorários de diretoria	(1.405)	(1.365)
FGTS	(1.056)	(632)
INSS	(968)	(890)
Processos trabalhistas	(10)	(94)
Outras despesas com pessoal	(3.213)	(2.832)
	(17.280)	(15.378)

26 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2022	2021
Outras receitas operacionais		
Redução encargos de débitos previdenciários parcelados PGFN (i)	-	3.982
Redução encargos do parcelamento, refs Lei 11941/2009, Códigos 1233 e 1279 (ii)	-	3.208
Devolução pagamento a maior, reabertura Lei 11941/2009, Código 3780 (iii)	-	1.129
Crédito de descarbonização (CBIO) (iv)	6.187	8.533
Crédito extemporâneo de PIS e COFINS (v)	279	2.906
Reversão de provisões	5.826	24.323
Outras receitas	6.745	5.199
	19.037	49.280
Outras despesas operacionais		
Provisões para perdas	(7.264)	(8.751)
Outras despesas	(724)	(4.271)
	(7.988)	(13.022)
	11.049	36.258

- (i) Redução total de 50% de multa, juros e encargos legais referente transação excepcional de débitos previdenciários parcelados, conforme Lei n. 13.988 de 14 de abril de 2020, disciplinada pela Portaria PGFN Nº 14.402 de 16 de junho de 2020.
- (ii) Redução dos encargos do parcelamento tributário instituído pelo Refis da Lei 11941/2009 conforme compensações realizadas com créditos apurados em pagamentos a maior no parcelamento de reabertura da Lei 11941/2009, débitos previdenciários, no código 3780.
- (iii) Redução dos encargos do parcelamento tributário instituído pelo REFIS da reabertura da Lei 11941/2009 – débitos previdenciários, código 3780.
- (iv) Comercialização de títulos de CBIOS (RenovaBio), no montante de 65.994 em 2022 (248.561 em 2021).
- (v) Crédito extemporâneo de PIS/COFINS referente ao período de maio de 2016 a maio de 2017, oriundos de suas operações próprias vinculadas às receitas tributadas no mercado interno.

27 Resultado financeiro líquido

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	5.746	2.811
Ganhos incorridos em aplicações financeiras	7.054	5.379
Descontos financeiros obtidos	2.327	292
Juros recebidos e auferidos	1.102	257
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	<u>(685)</u>	<u>(383)</u>
	<u>15.544</u>	<u>8.356</u>
Despesas financeiras		
Juros e multas sobre tributos e parcelamentos	(3.753)	(1.428)
Juros passivos	(2.361)	(5.791)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(9.225)
Ajuste a valor presente sobre arrendamentos	(18.804)	(13.187)
Perdas incorridas em aplicações financeiras	(7.562)	(8.035)
Outras despesas financeiras	<u>(1.183)</u>	<u>(821)</u>
	<u>(33.663)</u>	<u>(38.487)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(18.119)</u>	<u>(30.131)</u>

28 Instrumentos financeiros e gerenciamentos de riscos

a Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controle interno e de limites de exposição. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos principais instrumentos a seguir relacionados:

Ativos financeiros	Nota	<u>2022</u>	<u>2021</u>	Classificação
Caixa e bancos	4	60	114	(i)
Aplicações financeiras de liquidez imediata	4	1.683	1.354	(ii)
Aplicações financeiras	5	227.791	200.370	(ii)
Contas a receber	6	6.067	7.554	(i)
Adiantamentos	9	13.336	5.649	(i)
Partes relacionadas	11	1.706	1.706	(i)
		<u>250.643</u>	<u>216.747</u>	
Passivos financeiros				
Fornecedores	15	30.468	28.756	(iii)
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	13	254.083	231.386	(iii)
Empréstimos e financiamentos	16	170.613	8.704	(iii)
Partes relacionadas	11	28.626	30.610	(iii)
		<u>483.790</u>	<u>299.456</u>	

Classificação:

- (i)** Ativos ao custo amortizado.
- (ii)** Ativo ao valor justo por meio do resultado
- (iii)** Passivos ao custo amortizado.

b Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

Os principais fatores de risco que a Administração está exposta reflete em aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégicos-operacionais (tais como comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura) são endereçados pelo modelo de gestão da Administração. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle visando a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Administração possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros monitorada pela Administração, sendo que esta possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Administração são:

- Risco de preço dos produtos.
- Risco de crédito.
- Risco de liquidez.
- Risco de taxas de juros.

A Administração não efetua aplicações de caráter especulativa em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

c Risco de preço dos produtos

Está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Companhia vende ou no preço das matérias-primas, em especial a cana-de-açúcar, e demais insumos utilizados no seu processo de produção. As receitas de vendas e principalmente o custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços de seus produtos ou materiais poderão sofrer alterações. Para minimizar os riscos, a administração monitora permanentemente as oscilações de preço no mercado.

d Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que submetem a Administração a riscos de crédito de contraparte são representados, fundamentalmente, por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, adiantamentos e partes relacionadas. Os riscos de crédito de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras decorrem, principalmente, da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Companhia. Regularmente a Administração executa análise de crédito das instituições nas quais mantém relacionamento através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, dentre outras. Caixa e equivalentes de caixa são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e liquidez. Os riscos de créditos associados ao contas a receber de clientes e partes relacionadas é reduzido em virtude da análise de crédito e dos procedimentos de controle da Administração que monitoram esse risco. A exposição máxima do risco de crédito está demonstrada abaixo:

Ativos financeiros	2022	2021
Caixa e bancos	60	114
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.683	1.354
Aplicações financeiras	227.791	200.370
Contas a receber	6.067	7.554
Adiantamentos	13.336	5.649
Partes relacionadas	1.706	1.706
	250.643	216.747

e Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não poder cumprir com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. Para mitigar esse risco, a Administração possui linhas de crédito rotativo, que aumentam a liquidez no curto prazo e possibilitam maior eficiência na gestão do caixa, sendo consistente com o seu foco estratégico na redução do custo do capital. As principais fontes da Companhia derivam dos acionistas, do fluxo de caixa gerado por suas operações, fornecedores e empréstimos e financiamentos. A Administração acredita que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita, o capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos. O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez e refletem o fluxo financeiro da Companhia:

	2022		
	Fluxo de caixa	Até um ano	Acima de um ano
Ativos financeiros			
Caixa e bancos	60	60	-
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.683	1.683	-
Aplicações financeiras	227.791	227.791	-
Contas a receber	6.067	6.067	-
Adiantamentos	13.336	13.336	-
Partes relacionadas	1.706	-	1.706
	250.643	248.937	1.706
Passivos financeiros			
Fornecedores	30.468	20.698	9.770
Arrendamentos e parcerias a pagar	254.083	43.156	210.927
Empréstimos e financiamentos	170.613	1	170.612
Partes relacionadas	28.626	-	28.626
	483.790	63.855	419.935

	2021		
	Fluxo de caixa	Até um ano	Acima de um ano
Ativos financeiros			
Caixa e bancos	114	114	-
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.354	1.354	-
Aplicações financeiras	200.370	200.370	-
Contas a receber	7.554	7.554	-
Adiantamentos	5.649	5.649	-
Partes relacionadas	1.706	-	1.706
	216.747	215.041	1.706
Passivos financeiros			
Fornecedores	28.756	15.915	12.841
Arrendamentos a pagar	231.386	41.570	189.816
Empréstimos e financiamentos	8.704	1	8.703
Partes relacionadas	30.610	-	30.610
	299.456	57.486	241.970

f Risco de taxas de juros

Oriundo da possibilidade da Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alterando a contratação de taxas fixas e variáveis, com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado e sua situação.

g Gerenciamento de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. Para tanto, a Administração monitora a relação da dívida líquida em relação ao patrimônio líquido total.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de financiamento e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Total do passivo	600.473	424.978
(-) Caixa e equivalente de caixa	(1.743)	(1.468)
Passivo líquido (A)	598.730	423.510
Total do patrimônio líquido (B)	461.555	518.470
Relação passivo líquido sobre capital ajustado (A)/(B)	1,30	0,82

h Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber e das contas a pagar pelo valor contábil, menos eventual perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado.

29 Aspectos ambientais

As instalações da Companhia e suas atividades industriais e agrícolas estão sujeitas a regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

30 Cobertura de seguros

A Companhia mantém programa padrão de segurança, treinamento e qualidade em suas unidades que visa, entre outras coisas, reduzir também os riscos de acidentes.

Além disso, mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

*** fim ***

REDE GLOBAL MOORE

Uma rede mundial que atua há mais de 100 anos com personalidade local.

Isso garante proximidade ao cliente e profundo conhecimento da sua região de atuação, respeitando culturas e legislações.

CONTATO

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15º Andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP - Brasil

T 55 (16) 3019 7900
E moorerp@moorebrasil.com.br



www.moorebrasil.com.br

A Rede Global Moore e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.